

Este trabalho pretende analisar e compreender a reacção do governo português, num contexto de transformação política doméstica e internacional, durante a Primeira Guerra Mundial até 1920, face à presença de estrangeiros em território nacional.

Partindo do desenvolvimento do conceito jurídico da atribuição da nacionalidade e do estudo da legislação criada pelo governo republicano sobre o acesso dos estrangeiros às fronteiras procura-se examinar a evolução do discurso do Estado perante o “outro”. Durante a República e apesar da deflagração da Grande Guerra, conforme se pode ilustrar através do chamado caso dos “judeus de Salónica”, o governo português adoptou uma atitude de relativa tolerância perante o não nacional. A eclosão da Grande Guerra e a iminência da entrada de Portugal no conflito, ao lado da *Entente* franco-britânica, veio alterar este panorama, constringendo o governo republicano a proibir a entrada no território aos súbditos alemães, bem como a todos aqueles que pertencessem a nações aliadas do inimigo. Em 1916, o governo de António José de Almeida revoga as naturalizações concedidas a súbditos alemães ou de países aliados da Alemanha e expulsa e confisca os bens destes.

O conflito internacional originou a falência de um certo facilitismo na transposição das fronteiras já que no período a seguir ao conflito a fiscalização dos movimentos fronteiriços aumentou significativamente. Os Estados beligerantes passaram a ver os estrangeiros com desconfiança reintroduzindo a exigência da apresentação de um passaporte. Os estrangeiros começam a ser identificados como uma potencial ameaça à segurança interna dos países. Apesar da assinatura de acordos de paz não se regressou à situação vivida anteriormente. À semelhança do que tinha sido promulgado por muitos dos países que participaram no conflito de 1914-1918, o governo português passa a exigir, por motivos internos, a exibição do passaporte a todos aqueles que pretendiam circular no país e a controlar de uma forma mais eficaz a entrada e a presença dos estrangeiros em Portugal.